

JAYME CAMPOS

Revista de Prestação de Contas do Mandato Parlamentar - 2023



Mala Direta
Básica

9912270380/2015 - DR/BSB
SENADO FEDERAL

Correios

Marco Temporal é aprovado no Senado sob forte influência do senador Jayme Campos – Página 24

Jayme é líder na destinação de recursos para Mato Grosso. São quase R\$ 700 milhões beneficiando todas cidades mato-grossenses – Página 02

Senador Jayme Campos compõe a elite do Legislativo Brasileiro. Ele está entre os “Cabeças” do Congresso Nacional – Página 74

Jayme comanda em Mato Grosso festa para entrega de máquinas e equipamentos – Página 08



Acesse a Revista Digital

EXPEDIENTE

Chefe de Gabinete – Elisabeth Alves do Santos
Subchefe de Gabinete – Ricardo Albuquerque

Jornalista Responsável – Gilson Araújo (7387/DF)
Produção, Edição e Designer – Gilson Araújo

Produção, Edição e Texto – Arthur Paganini (8828/DF)
Texto e Revisão – Edilson Almeida
Revisão de Arte – Patrícia Baby

**Fotografia – Sidney Lins, Trilux Fotografias, Agência Senado,
Governo de MT, Divulgação e Imagens de Internet**

**Apoio – Servidores do Gabinete do Senador Jayme Campos
em Brasília e Mato Grosso, Liderança do União Brasil no Senado Federal**

Finalização e Impressão – Gráfica do Senado (SEGRAF)
Tiragem – 3 mil exemplares

ENDEREÇO – BRASÍLIA, DF

Senado Federal – Anexo II
Ala Senador Afonso Arinos
Gabinete 09
Brasília, DF
CEP 70165-900

ENDEREÇO – VÁRZEA GRANDE, MT

Av. Castelo Branco, 325 – Sala 81
Centro Sul
Várzea Grande, MT
CEP 78110-901

REDES SOCIAIS

[instagram.com/jaymecamposmt/](https://www.instagram.com/jaymecamposmt/)
[facebook.com/Jayme.campos/](https://www.facebook.com/Jayme.campos/)
x.com/jaymesenador/
sen.jaymecampos@senado.leg.br

JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS, 72 ANOS, É SENADOR DA REPÚBLICA PELO ESTADO DE MATO GROSSO

Os seis mandatos que já exerceu pelo voto popular – como governador, três vezes prefeito de Várzea Grande, a segunda maior cidade do Estado; e agora, no segundo mandato como senador da República – faz do senador Jayme Veríssimo de Campos, 72 anos, um dos políticos de maior longevidade e respeitabilidade na história de Mato Grosso. Ruralista e defensor do desenvolvimento econômico como sustentação para os avanços sociais, Jayme Campos integra uma linhagem política que começa em Couto Magalhães, um dos mais duros combatentes na defesa da integridade de Mato Grosso na Guerra do Paraguai, seguida pelo seu pai, Júlio Domingos de Campos, o ‘seo’ Fiote’, e seu irmão, Júlio Campos. Começou sua carreira política em 1980, filiado ao extinto Partido da Frente Liberal, PFL, que se transformou em Democratas e agora União Brasil. Jayme Campos é casado com Lucimar Sacre de Campos e pai de Jaiminho (*in memoriam*), Michele, Gisele e Dudu. É avô de Karla Renata, Maria Antônia, Marco e Guilherme.



Acesse o Instagram do Senador Jayme Campos

Meus amigos, minhas amigas,

Neste ano de 2023 procuramos cumprir fielmente com todas as responsabilidades que cabem a um senador da República: elaboramos projetos de lei, aperfeiçoamos propostas, debatemos intensamente os rumos da nação, com ênfase nas suas políticas públicas; procuramos garantir recursos ao estado e aos nossos municípios, aprovamos leis, questionamos autoridades, enfim, voltamos permanentemente nossas atenções a um objetivo comum: melhorar a vida do Brasil e do povo brasileiro.

O ano de 2023 marcou o início de um novo governo, vindo de um processo eleitoral permeado por uma disputa intensa. Não bastasse o espectro político antagônico das forças que centralizaram o debate, a democracia brasileira precisou enfrentar um dos seus mais duros testes, com os atos de 8 de janeiro. Saímos fortalecidos.

Conseguimos projetar os interesses maiores de Mato Grosso em grande parcela dos projetos aprovados e transformados em lei. Como a exemplo do Marco Temporal das Terras Indígenas – um projeto que adormecia nos escaninhos do Congresso Nacional e que, diante da insegurança geral que o processo de demarcação e ampliação de áreas indígenas passou a tomar conta da vida da nossa gente, sobretudo daqueles que ajudam a produzir riquezas, renda e alimentos, fomos buscar sua aprovação em nome da paz e da segurança no campo.

Os resultados indicam que estivemos no caminho certo. Com a coesão de forças, alavancamos recursos fundamentais para impulsionar o desenvolvimento social e econômico de Mato Grosso – conforme veremos nas páginas a seguir. Fico feliz por ter sido listado entre os senadores que mais conseguiu transferir recursos de emendas para o estado de origem.

Da mesma forma, compartilho minha alegria por ter sido colocado entre aqueles que integram a chamada ‘elite parlamentar’ brasileira, com a qual, num esforço conjunto, espero fazer de 2024 um ano com mais êxito e prosperidade para a nossa gente.

**Uma boa leitura!
Senador JAYME CAMPOS**



R\$ 700 milhões para Mato Grosso



Orçamento 2023

Jayme é líder na destinação de recursos da União para Mato Grosso

Em cinco anos de mandato, o senador Jayme Campos se destacou como um parlamentar muito atuante junto a prefeitos, vereadores e lideranças municipais, buscando intermediar com o governo federal as demandas municipalistas de Mato Grosso. Prova disso é a indicação de quase R\$ 700 milhões do orçamento da União a Mato Grosso nos primeiros cinco anos de mandato no Senado.

De Brasília, Jayme foi responsável pelo empenho de R\$ 600 milhões do orçamento da União desde 2019. De tudo o que foi dirigido a Mato Grosso a partir do trabalho do senador Jayme Campos, mais de R\$ 410 milhões já foram pagos e beneficiaram diretamente a população em diversas áreas.

“Minha tarefa é legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, mas é fundamental ouvir as demandas da população e trabalhar com seus representantes em prol do desenvolvimento social e econômico do nosso es-

tado, por isso em todo os 141 municípios de Mato Grosso tem emenda de Jayme”, afirma.

Apenas em 2023, Jayme destinou R\$ 182 milhões às cidades de Mato Grosso. Entre emendas individuais e de bancada, Jayme garantiu R\$ 52,5 milhões à saúde, e R\$ 29,5 milhões para diversas áreas, como infraestrutura, aquisição de veículos, pavimentação urbana, calçamento e construção de praças e escolas.

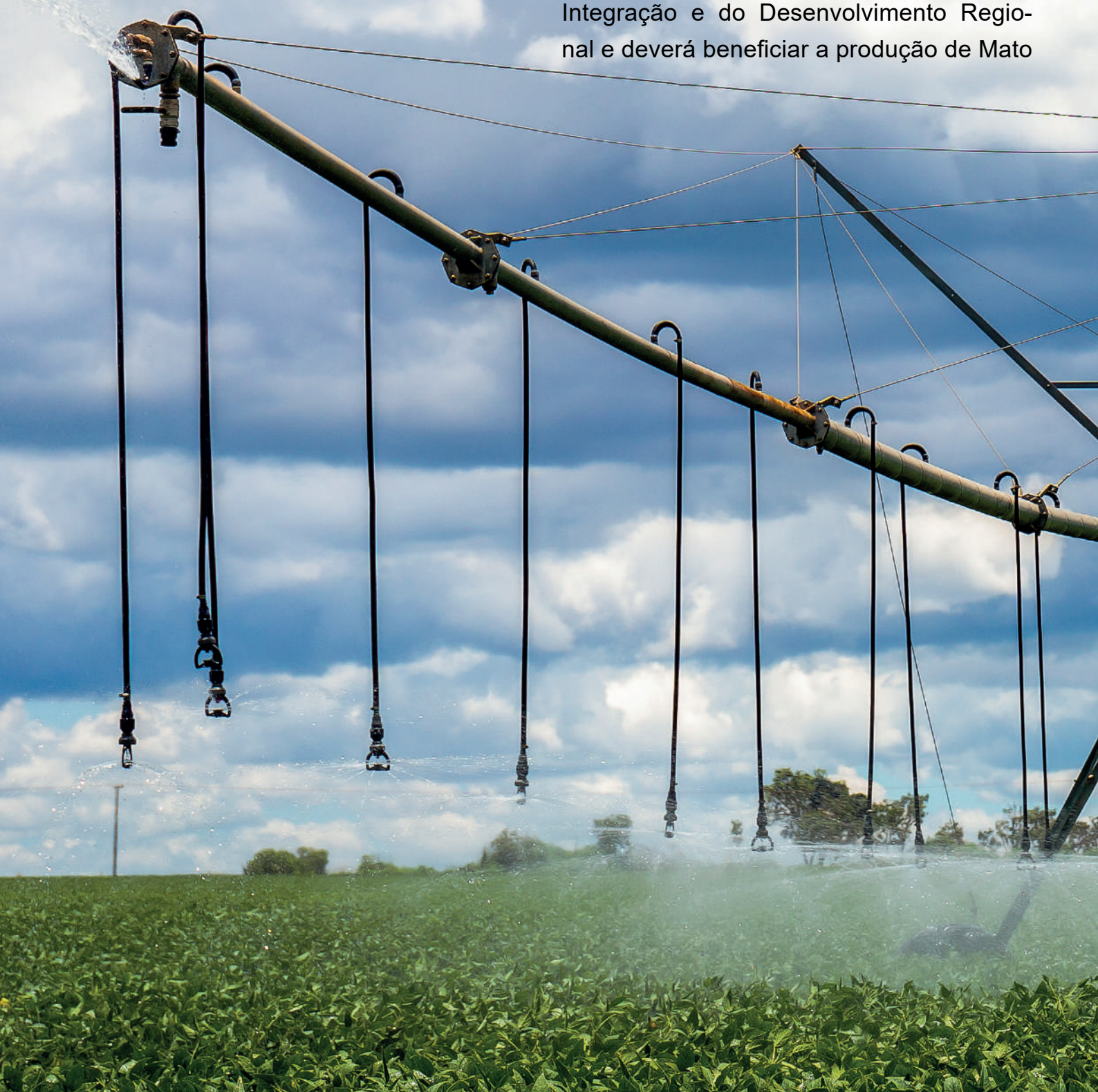
Já por meio da articulação direta junto ao governo federal, Jayme também viabilizou R\$ 35 milhões para a construção de seis pontes da Transpantaneira, R\$ 35 milhões para obras de asfaltamento, R\$ 30 milhões para a reforma e construção de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) em todo estado e outros R\$ 10 milhões para pavimentação urbana, aquisição de veículos e caminhões.

“Minha tarefa é legislar e fiscalizar o Executivo, mas é fundamental ouvir as demandas da população e trabalhar com seus representantes em prol do desenvolvimento social e econômico do nosso estado, por isso em todo os 141 municípios de Mato Grosso tem emenda de Jayme Campos”

Senador garante R\$ 20 milhões no Orçamento da União para aplicação em projetos de irrigação

A Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou emenda do senador Jayme Campos que amplia para R\$ 20 milhões os

recursos no Orçamento da União para serem aplicados em projetos de irrigação. O valor será administrado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e deverá beneficiar a produção de Mato



Grosso, estado com maior potencial de expansão da agricultura irrigada.

Jayme Campos ressaltou que os recursos aportados originalmente na proposta orçamentária seriam insuficientes para atender a demanda dos projetos nessa modalidade de produção e ressaltou que o remanejamento de recursos para irrigação também não inviabilizará o projeto de oferta de água para segurança hídrica, que tem um aporte previsto de R\$ 292 milhões.

A emenda aprovada seguirá para a

Comissão Mista de Orçamento. Uma vez consignada na Lei Orçamentária Anual de 2024, segundo o senador, será possível expandir a prática da cultura irrigada no Brasil, atualmente concentrada na região Sul.

Articulação - Com o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, o senador Jayme Campos também solicitou o retorno de linhas de financiamento para projetos de irrigação em Mato Grosso. “O ministro nos disse que a pasta trabalha para reformular sua política de ação para os próximos quatro anos e que o ministério está à disposição do governo de Mato Grosso para debater o tema”, informou Jayme.

Segundo o senador, há recursos no ministério para projetos de irrigação e citou, inclusive, o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), que disponibiliza financiamento para projetos de infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos.





Lei Orçamentária de 2024

Senador Jayme Campos indica R\$ 130 milhões em emendas orçamentárias para Mato Grosso

Para 2024, o senador Jayme Campos indicou um total de R\$ 97 milhões em recursos orçamentários. Do total, R\$ 69 milhões são referentes às emendas individuais que cada parlamentar pode indicar ao Orçamento da União. Outros R\$ 28 milhões fazem parte da cota do senador nas emendas da bancada federal de Mato Grosso.

Dos R\$ 69 milhões em emendas individuais, o senador Jayme Campos deverá destinar metade dos recursos à saúde, como determina a Lei Orçamentária. O restante deverá ser encaminhado ao governo de Mato Grosso e empregado em diversas áreas. A definição sobre onde os recursos serão aplicados vai ficar para 2024.

Já a cota de R\$ 28 milhões do senador dentro das emendas de bancada será destinada à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no valor de R\$ 12 milhões; ao Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), R\$ 4 milhões; Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), R\$ 2 milhões; e para a aquisição de equipamentos para o governo de Mato Grosso, R\$ 10,8 milhões.

“Nossa prioridade na destinação dos recursos orçamentários é valorizar as cidades e os projetos que mais impactam na vida do cidadão e, além disso, cumpri com a determinação de destinar metade dos recursos à saúde para melhor equipar os sistemas de atenção primária e de média e alta complexidade”, destacou.



Entrega de Maquinários

Uma grande festa comandada por Jayme Campos e Mauro Mendes

Dos mais de R\$ 410 milhões transferidos pela União ao governo de Mato Grosso e aos 141 municípios por meio de indicações do senador Jayme Campos desde 2019, destaca-se a aquisição de 35 caminhões truck, sete caminhões pipa e nove retroescavadeiras, entregues em outubro a 43 municípios e associações, totalizando R\$ 19,1

milhões em investimentos diretos do senador. As aquisições foram complementadas pelo governo do estado, por meio de contrapartida. “Não tem nenhum município do estado que não recebeu recurso indicado por mim nestes cinco anos no Senado. Sei da importância da política municipalista e trabalho para ser o senador de todos”, afirmou.











Várzea Grande - Recursos da União

Jayme destina R\$ 50 milhões para saúde e infraestrutura da cidade

Por meio de emendas individuais e extraordinárias ao Orçamento, viabilizadas pela articulação política junto ao governo, o senador garantiu a transferência de R\$ 50 milhões a Várzea Grande em 2023. Os recursos fazem parte do esforço do senador em equipar e estruturar a cidade em diversas áreas, como saúde, infraestrutura, assistência social e urbanização.

“Apoiar a prefeitura de Várzea Grande por meio de emendas ao Orçamento é reconhecer a importância da nossa cidade para Mato Grosso. Portanto, o grande volume de recursos transferidos ao município deve impactar positivamente a vida da população. Os várzea-grandenses podem ter certeza que eu nunca me furtarei em defender nossa cidade onde estiver”, afirmou.

Dentre os recursos encaminhados à prefeitura em 2023, destacam-se R\$ 9,5 milhões à secretaria de Saúde. Do total, R\$ 7,5 milhões foram destinados à atenção básica em saúde e R\$ 2 milhões foram entregues à média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde no município. “Possuímos grandes hospitais e recebemos muitas demandas, inclusive de pacientes de outras cidades, portanto a atenção em saúde deve ser prioritária”, justificou.

Outros R\$ 35 milhões foram dirigidos a diversas finalidades, como construção e reforma de praças, asfaltamento dos bairros, construção de Centro de Referência de Atendimento Social (CRAS) e de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.



Várzea Grande - Chapéu do Sol

Senador e Prefeito cobram ANA para liberar outorga da água em VG

Jayme Campos cobrou celeridade da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) na análise e liberação da outorga de direito de uso de recursos hídricos para abastecimento de água em Várzea Grande por meio da Estação de Tratamento de Água (ETA) Imigrantes, nas proximidades do bairro Sete de Maio.

Em audiência com a presidente da ANA, Verônica Sanchez, Jayme foi acompanhado do prefeito Kalil Baracat e do assessor da secretaria de Viação e Obras, Olinto Pasinato. “Apresentamos à presidente Verônica e ao corpo técnico da ANA a importância dessa outorga, que vai melhorar sobremaneira o abastecimento e vai resolver a questão da água na cidade”, disse.

A ETA Imigrantes terá capacidade de pro-

duzir 125 litros por segundo ou 10,8 milhões de litros por dia. Com a ETA do Cristo Rei, que produz 320 litros por segundo ou 27,6 milhões de litros de água todos os dias, e a ETA Barra do Pari/Chapéu do Sol, que se encontra com mais de 70% de suas obras concluídas e terá capacidade de produzir 250 litros por segundo ou 21,6 milhões de litros/dia, Várzea Grande contará com 60 milhões de litros de água todos os dias, dobrando sua atual capacidade.

“Tenho certeza que até o final de 2024, Várzea Grande terá dado passos importantes e fundamentais para atender às demandas no abastecimento de água e trazer a solução definitiva deste problema que o povo várzea-grandense enfrenta”, afirmou Jayme.



Várzea Grande - Trevo do Lagarto

Debate garante duplicação da Rodovia dos Imigrantes

A Rodovia dos Imigrantes, que liga o Trevo do Lagarto, em Várzea Grande, até o Distrito Industrial, em Cuiabá, será duplicada pela Nova Rota, sucessora da empresa Rota do Oeste, que detinha a concessão da BR-163. A garantia foi dada ao senador Jayme Campos pelo diretor-geral Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale Rodrigues.

Jayme liderou uma comitiva de parlamentares e autoridades para debater na agência a necessidade de que a duplicação seja colocada como prioridade e recebeu a confirmação de que a obra, de fato, integra o pacote de responsabilidades da nova concessionária, constituída com a aquisição do controle acionário pela MTPar.

Considerado um dos principais articuladores em Brasília para mudança do controle acionário da concessão, Jayme Campos observou que a duplicação se transformou em um grande clamor popular. Ele enfatizou que a rodovia está

próxima de estrangulamento pela abundância de fluxo de veículos pesados: são mais de 20 mil carretas que trafegam diariamente pela Imigrantes. “Está se transformando num ‘trecho da morte’”. Todas as semanas morrem uma, duas pessoas ali”, salientou Campos. Ele observou que ao longo dos 28 quilômetros desse contorno estão instalados em torno de 400 grandes empreendimentos comerciais – o que exige uma atualização do projeto de duplicação.

Rafael Vitale Rodrigues, ao assegurar que o contorno faz parte da concessão, observou que todas as obras previstas no contrato foram escalonadas por um período de 8 anos, a partir da substituição do controle acionário. Nesse caso, caberá a Nova Rota definir as obras que serão prioridades. O dirigente da ANTT defendeu também uma atualização do projeto da Imigrantes para contemplar necessidades que não previstas no planejamento anterior.





Várzea Grande - Convênios

Obras de infraestrutura e melhorias nas áreas sociais para Várzea Grande

O senador Jayme Campos e o deputado federal Coronel Assis garantiram R\$ 16 milhões para investimentos em infraestrutura e melhorias nos aparelhos sociais para Várzea Grande, segunda maior cidade de Mato Grosso. Os recursos das emendas parlamentares foram repassados com a assinatura de convênio entre a prefeitura e a Caixa Econômica Federal.

Os bairros Vitória Régia, Costa Verde 3, Jardim Paula 2, Eliane Gomes e o Distrito do Engordador serão contemplados com asfalto novo. Os recursos também serão usados na reestruturação dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), edificação e melhorias dos Centros de Referência em Assistência Social e do Centro POP.

“Nesses três anos em que estou à frente do município, sem medo de errar, acredito que somente o senador Jayme Campos já liberou para esta gestão mais de R\$ 150 milhões em emendas para Várzea Grande, nas diversas áreas do setor público”, destacou o prefeito Kalil Baracat.

Jayme Campos lembrou que, somente em 2023, aportou cerca de R\$ 50 milhões em recursos provenientes de emendas parlamentares. “a nossa Várzea Grande tem muitas demandas e faço essa intermediação com muito orgulho porque tenho amor pela minha cidade e quero contribuir com ela sempre que puder”, afirmou o senador.





Agência Bancária

Caixa Econômica Federal estuda implantar agências em mais três cidades de Mato Grosso

A pedido do senador Jayme Campos, a Caixa Econômica Federal estuda a implantação de agências em Querência, Colniza e Paranatinga. O comunicado foi feito pela diretora executiva de Expansão da Rede do banco, Daniela Nascimento, em reunião que teve participação de prefeitos, vereadores e lideranças das cidades interessadas.

Durante a reunião, Jayme Campos fez um relato sobre a importância da implantação dessas agências como forma de alavancar, sobretudo, as ações de caráter social.

Ele também ilustrou as dificuldades da população, em especial os mais carentes e idosos desses municípios, que precisam se deslocar centenas de quilômetros para acessar benefícios.

O parlamentar também afirmou que essas cidades são estratégicas para o desenvolvimento econômico de Mato Grosso, ao lembrar que agências do bancos Santander e do Sicoob estão instaladas nessas localidades.

Segundo Daniela Nascimento, estão sendo avaliados os estudos que foram realizados anteriormente pela instituição. Ela afirmou que, até o final do primeiro trimestre de 2024, a Caixa deverá apresentar a relação de municípios a serem contemplados com novas agências. “Todos esses municípios estão no nosso radar de expansão da Caixa”, afirmou.





Várzea Grande - Instituto Federal

Jayme garante retomada de investimentos na educação no valor de R\$ 75 milhões

O senador Jayme Campos garantiu junto ao ministro da Educação, Camilo Santana, a continuidade das obras do *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT), em Várzea Grande. Na audiência com o ministro, ficou acordado que o governo federal retomaria os investimentos na obra, estimados na ordem de R\$ 45 milhões. Para 2024, existe a garantia de destinação de outros R\$ 30 milhões, totalizando R\$ 75 milhões.

“As obras, tanto do IFMT quanto da UFMT em Várzea Grande, estão paralizadas há alguns anos. Portanto, nosso pedido segue priorizando os anseios da comunidade várzea-grandense, bem com de toda a região metropolitana de Cuiabá. São mais de dez cidades que dependem da instalação e da manutenção do ensino superior e profissionali-

zante”, destacou Jayme.

Jayme Campos também solicitou a expansão do curso de medicina da UFMT de Sinop no *campus* de Lucas do Rio Verde, com a definitiva emancipação de ambas. Ele ainda requereu uma unidade do IFMT em Água Boa, Colníza e outras regiões, que ainda são carentes de capacitação e qualificação da mão de obra.

Jayme Campos também lembrou ao ministro que a implantação do IFMT no município de Água Boa é fundamental para expansão do ensino na região, já que a unidade deverá beneficiar diretamente 11 municípios. O senador mato-grossense também apontou a demanda de creches em Várzea Grande, considerando que o município aguarda recursos federais para retomar obras de oito Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

Habitação

Jayme Campos assegura esforço para Mato Grosso cumprir meta de 40 mil novas casas

“Mato Grosso vive um momento ímpar, de desenvolvimento; e a construção de 40 mil novas habitações é a demonstração da pujança do nosso Estado e do compromisso com o social”. A afirmação foi feita pelo senador Jayme Campos, ao exaltar o lançamento pelo Governo do Estado do Sistema Habitacional de Mato Grosso. O evento contou com a presença do ministro Jader Filho, das Cidades.

Inicialmente, o SiHabMT prevê a construção de 8.200 casas pelos programas SER Família Habitação e Minha Casa Minha Vida. O programa SER Família Habitação prevê que o Governo concederá subsídios de até R\$ 20 mil para complementar o valor da entrada de financiamento do imóvel, que será repassado diretamente à Caixa Econômica Federal.

Jayme classificou o programa como “ousado” e disse que não faltará empenho para assegurar os recursos e ações necessárias para que a meta de 40 mil casas até 2026 seja cumprida. “Nada é mais importante do que assegurar a dignidade de um lar para uma família”, frisou, ao defender as parcerias.

Somente neste ano, o senador Jayme Campos conseguiu empenhar e liberar mais de R\$ 400 milhões. “São recursos públicos para que a população seja atendida, pois não basta Mato Grosso ser um Estado rico se as pessoas não puderem usufruir desta riqueza para viver melhor e prosperar”, acentuou.





Segurança Jurídica

Marco Temporal é aprovado no Senado sob forte influência do senador Jayme Campos

Após 16 anos de tramitação, o Senado aprovou o projeto que trata do Marco Temporal com uma ampla maioria: 43 votos contra 21. A proposta visou reestabelecer a segurança jurídica para os proprietários rurais e a paz no campo. O senador Jayme Campos foi uma das principais vozes em defesa do projeto (e também

para que os vetos do presidente Lula fossem derrubados pelo Congresso Nacional).

“O Marco Temporal traz segurança jurídica e paz no campo, por isso cobrei seriedade e respeito aos colegas senadores, para que possamos dar à sociedade uma definição sobre esse tema tão importante”, disse.



O projeto aprovado estabelece que os indígenas têm direito às terras que ocupavam ou reivindicavam em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da atual Constituição Federal. O PL foi apresentado em 2007, pelo ex-deputado federal Homero Pereira, mas somente chegou ao Senado em 2023.

Em meio ao debate e votação sobre o Marco Temporal no Senado, o Supremo Tribunal Federal avançou no julgamento da inconstitucionalidade da tese do Marco Temporal, o que causou a reação de diversos parlamentares. Jayme Campos dirigiu fortes críticas à postura dos ministros ao que classificou de “interferência indevida” e por “usurpar as competências le-

gislativas do Congresso Nacional para estabelecer leis conforme seus julgamentos”.

Apesar de a proposta ter sido vetada pela presidência da República, Jayme disse que a decisão do Executivo seria enfrentada pelo Congresso Nacional para que o Marco Temporal fosse transformado em lei conforme a decisão do Congresso Nacional.

“Ninguém é contra os povos indígenas, são nossos irmãos, mas desafio qualquer parlamentar a provar que eles querem mais terra do que já têm. O que eles querem e precisam é de melhores condições para trabalharem em suas terras. Hoje, grande parte deles infelizmente vivem na miséria. Eles merecem dignidade”, afirmou.





Assinatura

“Dia histórico para Mato Grosso e para o Brasil”, diz Jayme sobre controle da BR-163

O senador Jayme Campos (União-MT) classificou como “um dia histórico para Mato Grosso e para o Brasil” a assinatura do contrato que oficializa a troca do controle acionário da Rota do Oeste, que detém a concessão da BR-163. O evento, no Ministério das Relações Exteriores, contou com a presença do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do governador Mauro Mendes, ministros e parlamentares da bancada federal de Mato Grosso.

Com o ato, a Rota do Oeste passa a ser gerida pelo governo de Mato Grosso, por meio da empresa MT Participações. O governador Mauro Mendes confirmou investimentos na ordem de R\$ 1,6 bilhão nos próximos dois anos na duplicação e melhoria na trafegabilidade pela rodovia. Ele informou que, de imediato, pretende duplicar a rodovia no trecho de 90 km entre o

Posto Gil e Nova Mutum.

Durante o ato, o senador Jayme Campos foi destacado por ser um dos principais articuladores do arranjo junto ao governo federal, que garantiu as tratativas que permitiram o governo do estado assumir o controle acionário da empresa, evitando, com isso, etapas burocráticas que demandariam até dois anos para uma nova licitação. O senador agradeceu em nome da bancada federal.

“Trabalhamos incessantemente por essa solução, toda a bancada, para que ocorresse esse grande feito. Com isso, vamos melhorar a questão da segurança e da infraestrutura logística dessa estrada. Estrada essa que era considerada ‘estrada da morte’ pela quantidade de vidas que se perderam ao longo dos anos devido à sua precariedade”, destacou.





Prioridade

CAE aprova projeto que prioriza recursos a obras inacabadas de creches

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, em caráter terminativo, proposta que prioriza recursos do governo a obras inacabadas de creches. O PL 3971/2019 busca estimular a conclusão das obras inacabadas, evitar o desperdício de recursos públicos e promover avanços no atendimento à educação infantil. Agora segue à Câmara dos Deputados.

Segundo o autor do projeto, senador Jayme Campos, nas transferências da União aos municípios e ao Distrito Federal destinadas à construção de estabelecimentos de educação infantil, terão prioridade as obras já iniciadas com apoio financeiro federal. “Eu sempre afirmo que todos aqueles comprometidos com os avanços do nosso país devem ter compromisso prioritário com os avanços da educação. Esperamos que essa iniciativa possa ser transformada em lei o mais rapidamente possível e traga, de fato, os benefícios esperados”, afirmou.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, em 2017 havia no Brasil 3,3 milhões de crianças matriculadas em creches e 4,9 milhões de crianças matriculadas na pré-escola, o que representava 32,7% e 91,7% do total de crianças de até 3 anos e de 4 e 5 anos, respectivamente. “Esse projeto é meritório, pois procuramos minimizar a falta de vagas nas creches. Hoje temos um déficit de 2 milhões de crianças fora das escolas”, disse.





Fortalecimento da Economia

Senador propõe mudanças nos Fundos Constitucionais: 25% para incentivar pequenas empresas

Com o intuito de democratizar o acesso ao crédito e fortalecer a economia, o senador Jayme Campos apresentou o PL 2592/2023 para estabelecer a reserva de 25% dos recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO), do Nordeste

(FNE) e do Centro-Oeste (FCO) a linhas de crédito para micro e pequenas empresas (MPE's). Pela proposta, os recursos eventualmente não utilizados pelas MPE's poderão ser destinados a empresas em geral ao final de cada trimestre.

PL 2592/2023

Altera a Lei 7.827/1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), para estabelecer que 25% dos recursos relativos a operações de crédito dos fundos constitucionais serão direcionados a pequenas e microempresas.



“As pequenas e microempresas são um relevante fator de inovação, crescimento e geração de emprego, portanto a aprovação desta importante matéria ajudará a impulsionar os pequenos negócios e a nossa economia como um todo”, afirma Jayme. Para o parlamentar, a medida tem o potencial de fazer cumprir o objetivo final dos fundos constitucionais, que é diminuir as desigualdades regionais.

O senador também lembra que a legislação que trata dos fundos constitucionais prevê tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e peque-

nas e microempresas. “Mas não existe na lei qualquer dispositivo que garanta a efetividade desse princípio, cujo cumprimento fica a cargo das instituições financeiras que repassam os recursos aos tomadores finais”, expõe.

Descentralização - Jayme também criticou a centralização dos recursos do FCO nas mãos do Banco do Brasil e sugeriu que outras instituições financeiras possam gerir os recursos. “Em Mato Grosso, vemos grandes empresários, muito bem articulados, abocanharem grandes quantias para fazerem investimentos que, talvez, não fossem o papel deste fundo”, sugeriu.

“As pequenas e microempresas são um relevante fator de inovação, crescimento e geração de emprego, portanto a aprovação desta importante matéria ajudará a impulsionar os pequenos negócios e a nossa economia como um todo”

Reconstrução Nacional

Jayme Campos fala em pacificação

Em discurso, o senador Jayme Campos reafirmou seu compromisso de exercer um mandato independente e sintonizado com os interesses da sociedade. “O momento é de pacificação e de reconstrução nacional, por isso serei uma voz firme a favor da liberdade de expressão e da harmonia entre os poderes da República”, disse.

Ele destacou a importância de concentrar esforços na aprovação de reformas estruturantes, como a tributária, voltada à simplificação do sistema de arrecadação, e à diminuição da carga de impostos que pesa sobre a sociedade e o setor produtivo. “O Brasil tornou-se um país caro. É fundamental retomar uma agenda de

competitividade sob o binômio “menos impostos e mais empregos”. “Temos o compromisso de propor políticas sociais, que promovam o indivíduo e as oportunidades, de forma a estimular o aumento da produtividade econômica”, afirmou.

Para o parlamentar, é necessário garantir um marco jurídico adequado para fomentar investimentos em infraestrutura, educação e saúde pública. Ele defende ainda o fortalecimento do municipalismo, mediante um pacto federativo mais equilibrado e justo. Campos também disse que é preciso debater as reformas administrativa e política, além da definição do novo arcabouço fiscal, visando equilibrar as contas públicas.



Produção Sustentável

Defesa do agronegócio brasileiro

Jayme Campos fez enfática defesa do agronegócio brasileiro. Em pronunciamento, o parlamentar fez questão de ressaltar que a produção nacional “é feita de forma sustentável” e que o Brasil dispõe do “melhor Código Florestal do planeta”. Ele destacou que 64% de todo o território está devidamente preservado.

O senador rebateu as críticas que o setor produtivo brasileiro vem sofrendo diante da questão do desmatamento. Inclusive por parte dos próprios agentes governamentais brasileiros. “O governo tem obrigação de defender os interesses do setor produtivo”, disse.

Jayme criticou o presidente da Agência

Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, o ex-senador Jorge Viana, que afirmou na China que 84 milhões de hectares foram desmatados na Amazônia nos últimos 50 anos e que destes, 67 milhões foram destinados à pecuária e outros seis milhões, à agricultura de grãos.

Ele lembrou que o Brasil é o maior produtor de soja do mundo. A terceira maior produção do planeta está em Mato Grosso, que superou países como a Argentina. “Confesso que fico indignado como cidadão brasileiro de ver a forma como ele nos trata. O produção agropecuária é fabulosa e não podemos aceitar essa pecha de danificadores do meio ambiente”, salientou.



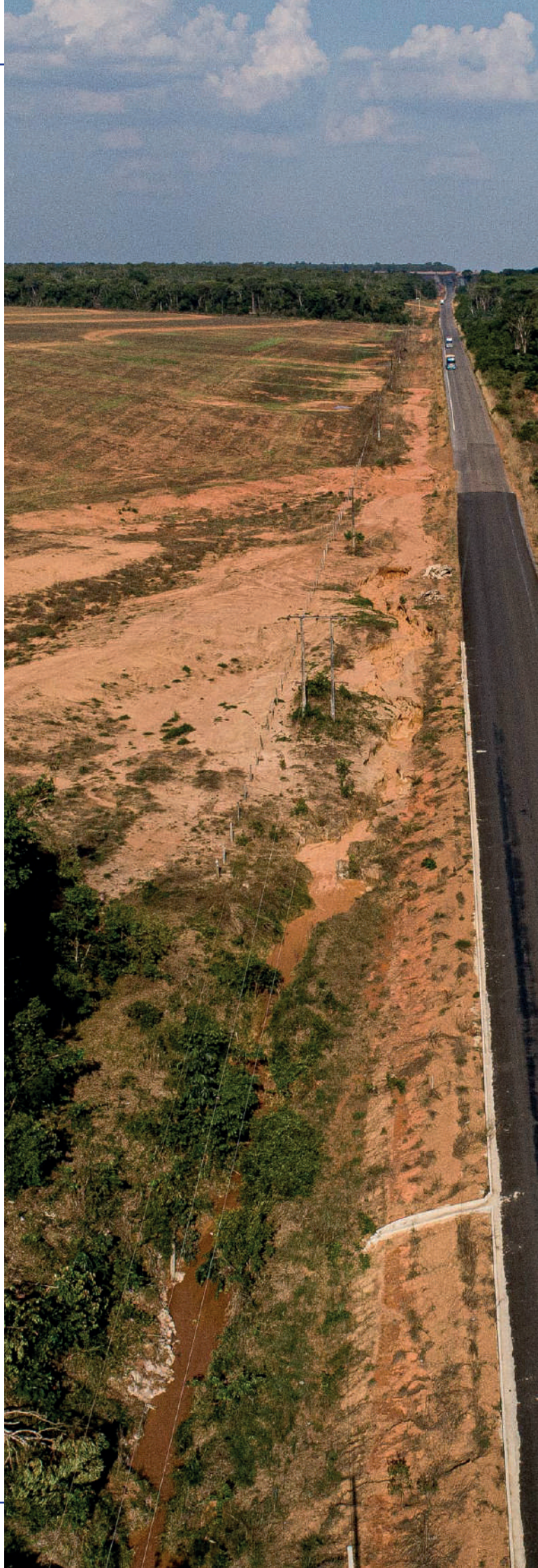
Rodovias

No Ministério dos Transportes, Jayme Campos cobra o destravamento das BRs 158 e 242

O senador Jayme Campos se reuniu com o ministro dos Transportes, Renan Filho, para solicitar a liberação de recursos para obras de melhorias nas BRs 158 e 242. Acompanhado do governador Mauro Mendes, do senador Wellington Fagundes, da deputada federal Coronel Fernanda e de diversos prefeitos, vereadores e lideranças da região do Rio Araguaia, Jayme Campos destacou a importância das rodovias federais para o escoamento da produção de Mato Grosso.

“Nós já fomos ludibriados por diversos ministros que prometeram asfaltar essas estradas e até hoje nada foi feito, de maneira que a nossa população acredita que esta nova gestão vai olhar para o Araguaia e para Mato Grosso com o devido respeito”, afirmou.

Na BR-242 o principal problema é entre o trecho que liga o distrito de Santiago do Norte e Querência, devido às pendências por questões ambientais. Já na BR-158 o trecho de 120 quilômetros da rodovia que precisa ser executado contorna a reserva Marãiwatsédé, cortando os municípios de Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e Alto Boa Vista, que há anos não conseguem liberação.





Pacto Federativo

Ação de Jayme Campos garante debate amplo da reforma tributária

Um dos projetos mais esperados pela sociedade, a reforma tributária, foi aprovada pelo Senado Federal com várias alterações. A matéria, no entanto, passou por ampla e profunda discussão, conforme preconizava o senador Jayme Campos, que, por várias vezes, rechaçou uma votação a toque de caixa. “Particularmente eu quero já manifestar que não vou aceitar ‘goela abaixo’ aqui nenhuma imposição”, disse.

Jayme Campos se colocou como um dos principais defensores de uma reforma ampla e que oferecesse justiça aos cidadãos e também aos empreendedores. Para isso, cobrou do governo diversas vezes a definição de limites tributários, como a taxa máxima em 25% do Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, que substituirá vários impostos.

O senador também se colocou ao lado de governadores e prefeitos, que temiam perder autonomia sobre a própria receita com o novo desenho do sistema tributário. Ele ressaltou o

testemunho do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que mostrou que 80% da arrecadação daquele estado seria transferido para o Conselho Federativo conforme o texto aprovado pelos deputados.

Jayme atuou firme para que o projeto contemplasse o princípio da descentralização e alertou contra a concentração de renda entre três estados do Sudeste: “Somos grandes produtores, mas o que se percebe é que a distribuição vai ficar concentrada na mão de Rio, São Paulo e Minas Gerais”, criticou.

A configuração e o funcionamento do Conselho Federativo, previsto no projeto, também foi um dos pontos que suscitava dúvidas. A todo tempo, o senador de Mato Grosso manifestou e trabalhou para que fosse consolidada uma reforma para atender a aspiração da sociedade brasileira e dos que contribuem na prestação, na geração de emprego e renda e no recolhimento de seus tributos.





Educação Técnica

CAE confirma educação profissional, técnica e tecnológica no rol de prioridades do Fies

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto do senador Jayme Campos que busca fomentar o ensino profissionalizante e melhorar a formação de mão de obra no país. O PL 3358/2023 inclui a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos prioritários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e segue para a Comissão de Educação.

“O número de brasileiros matriculados na educação profissional e técnica representa só 8% dos estudantes atualmente, índice que é de 46% na União Europeia e 40% nos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, portanto precisamos incentivar o acesso ao ensino profissionalizante e dar oportunidade de formação e renda a

quem mais precisa”, ressaltou.

Atualmente o Fies beneficia prioritariamente cursos superiores. Se há disponibilidade extra de recursos, ele contempla também cursos da educação profissional, técnica e tecnológica, além de programas de mestrado e doutorado.

Entre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) está o oferecimento de, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos (EJA) nos ensinos fundamental e médio na forma integrada à educação profissional.

Mas, segundo o Observatório do PNE, em 2019 apenas 3,1% dos estudantes do ensino médio e 0,6% dos alunos do ensino fundamental cursavam educação profissional de forma integrada na EJA.



PL 3358/2023

Altera a Lei 10.260/2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES), para incluir a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos a serem financiados, de modo prioritário, pelo referido FIES.



“O número de brasileiros matriculados na educação profissional e técnica representa só 8% dos estudantes atualmente, índice que é de 46% na União Europeia e 40% nos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, portanto precisamos incentivar o acesso ao ensino profissionalizante e dar oportunidade de formação e renda a quem mais precisa”

Justiça Social

Jayme Campos defende projeto que muda cobrança do ITR

Projeto de lei do senador Jayme Campos busca mudar a forma de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) para regulamentar a definição do valor da terra nua para o cálculo do tributo. Pela proposta, a aferição dos valores do imóvel ficaria a cargo dos institutos estaduais. Hoje esse trabalho cabe às prefeituras, que aplicam formas diferenciadas para cada caso.

“Eu recebi a demanda de um cidadão que pagava R\$ 22 mil por ano, mas o último imposto cobrou R\$ 98 mil, quase 400 vezes a mais, portanto nosso projeto busca garantir maior segurança jurídica, transparência e justiça social para proprietários rurais e impedir que as prefeituras façam do ITR um caça-níquel”, explicou.

A proposta modifica as fontes de informações sobre preços de terras na hipótese de lan-

çamento de ofício do imposto. “Hoje não há qualquer trava legislativa que impeça os municípios de aumentarem a base de cobrança do tributo, o que tem levado a graves injustiças”, disse.

Jayme Campos explicou que, se a Receita Federal discordar do valor da “terra nua” declarado pelo contribuinte, ela toma como base o valor sugerido pelos municípios. Daí a necessidade de serem levados em conta os levantamentos realizados por órgãos competentes dos estados

Líder entre os ruralistas, Campos ainda ressalta que a legislação carece de mudanças também porque, em caso de atraso no pagamento, a Receita Federal insere o proprietário no Cadastro de Inadimplentes de forma automática, o que traz diversas restrições aos trabalhadores do campo.

“Recebi uma demanda de um cidadão que pagava R\$ 22 mil por ano, mas o último imposto cobrou R\$ 98 mil, quase 400 vezes a mais, portanto nosso projeto busca garantir maior segurança jurídica e justiça social para proprietários rurais”

PL 2848/2023

Altera o art. 14 da Lei 9.393/1996 para modificar as fontes de informações sobre preços de terras na hipótese de lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).





Votação na Câmara

Jayme Campos cobra Arthur Lira votação da ampliação do faturamento dos MEIs

Há dois anos em tramitação na Câmara dos Deputados, a proposta do senador Jayme Campos de ampliar o teto de faturamento dos Microempreendedores Individuais (MEIs) aguarda votação no plenário da Câmara dos Deputados. Vários deputados apresentaram requerimentos para inclusão do projeto na pauta de votações, inclusive com pedidos de urgência, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira, ainda não comunicou quando vai atender aos pedidos.

Na Câmara, as frentes parlamentares do Empreendedorismo (FPE) e do Comércio e Serviços (FCS) tratam o

projeto como prioridade. No fim de 2022 líderes de nove partidos assinaram requerimento de urgência para inclusão do texto na pauta de votações.

“A proposta é meritória e faz justiça aos microempreendedores que estão desde 2018 com o limite de faturamento congelado em R\$ 81 mil, portanto espero que o presidente Arthur Lira tenha bom senso e dê prosseguimento à nossa proposta”, afirmou Jayme.

Além de ampliar o teto do MEI para R\$ 130 mil, o texto aprovado no Senado permite que o microempreendedor individual tenha até dois funcionários e não apenas um, como atualmente. Na Câmara, o projeto foi aprovado com mudanças pelas comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça (CCJ). Na CFT, os deputados aprovaram o aumento do limite em R\$ 144 mil.

Embora tramite há dois anos na Câmara, o governo federal estuda a criação de uma nova faixa de tributação para o MEI. A proposta cria uma nova faixa de alíquota do Simples Nacional para o MEI.

Seguindo a regra atual, o microempreendedor com faturamento até R\$ 81 mil continuará pagando um valor fixo de 5% do salário mínimo [o equivalente a R\$ 66]. O novo texto propõe a criação de uma faixa para MEIs que faturam de R\$ 81 mil a R\$ 144.912, que terá uma alíquota de R\$ 181,14.

“Apesar de o governo se interessar no assunto, seria mais proveitoso e eficiente aproveitar o nosso PL, que já foi aprovado no Senado e nas comissões da Câmara, do que apresentar uma nova proposta que tenha que percorrer todo o trajeto legislativo até ser encaminhado a sanção”, avaliou Jayme.



Concessão de Crédito

Projeto facilita acesso do setor produtivo ao microcrédito

O senador Jayme Campos subscreveu o Projeto de Lei 3190/2023, de autoria do senador Esperidião Amin, para aprimorar e estimular a concessão de crédito a microempreendedores e microempresas. A iniciativa cria o Programa Nacional de Microfinanças e Microcrédito Produtivo Orientado, destinado ao financiamento das atividades produtivas e outras finalidades para viabilização do cidadão como empreendedor.

“A convite do senador Amin, subscrevi a proposta porque é uma iniciativa meritória, que visa dar melhores condições aos microempreendedores por meio de acesso a crédito que poderá ser usado para a melhoria da sua habitação ou do seu negócio, aquisição de moradias de baixo valor, de veículos utilitários e de outros

bens e serviços para mobilidade da família, além da formação profissional, tratamento de saúde e equipamentos especiais para locomoção de deficientes”, explicou Jayme.

Pela proposta, fica limitado a 20% o financiamento de atividades que não sejam ligadas diretamente à produção do microempreendedor, resguardando os demais 80% exclusivamente para os pequenos negócios. A proposição também altera a regulamentação infralegal do microcrédito, como o estabelecimento de limites para as taxas de juros de acordo com o custo de captação das instituições concedentes de crédito, bem como que as operadoras sem fins lucrativos possam ter condições especiais no acesso aos recursos do FAT.

PL 3190/2023

Altera a Lei 13.636/2018 para fomentar microcrédito e microfinanças.



Reconhecimento

Prêmio Alysson Paolinelli é aprovado na Comissão de Agricultura

A Comissão de Agricultura do Senado aprovou a proposta de criação do Prêmio Alysson Paolinelli para reconhecer as melhores práticas de cultivo sustentável de alimentos e que contribuam para a segurança alimentar no país. Sugerido pelo senador Jayme Campos, o Projeto de Resolução do Senado (PRS 73/2023) segue para análise da Comissão Diretora do Senado.

O Prêmio será entregue anualmente a três pessoas ou instituições que se destaquem por práticas de cultivo sustentável de alimentos e que contribuam para a segurança alimentar no país. “Há cerca de 50 anos, o Brasil precisava importar alimentos para suprir as necessidades da população, então o ex-ministro Paolinelli teve um papel fundamental na revolução agrícola

tropical sustentável que deu autossuficiência de alimentos ao Brasil e transformou o país em potência agroalimentar”, explicou Jayme.

Segundo o senador, uma das maiores contribuições de Paolinelli foi na promoção de políticas que incentivaram o uso de tecnologias avançadas, novas práticas de cultivo e o desenvolvimento de variedades de plantas mais produtivas.

Paolinelli nasceu em 1936 em Bambuí (MG). Entre 1974 e 1979, o engenheiro agrônomo ficou à frente do Ministério da Agricultura e encabeçou a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ele foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2021 e, aos 86 anos, morreu em Belo Horizonte em 2023.

PRS 73/2023

Institui o Prêmio Alysson Paolinelli, a ser conferido anualmente pelo Senado





Terceira Idade

Na CAS, relatório de Jayme sobre contratação de idosos é aprovado

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou relatório de Jayme Campos ao projeto que busca isentar do recolhimento do FGTS e da contribuição previdenciária o empregado que já é aposentado, mas continua a trabalhar. De autoria do senador Mauro Carvalho, o Projeto de Lei 3.670/2023 foi aprovado em caráter terminativo. Agora segue à Câmara dos Deputados.

O projeto retira a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS e da contribuição previdenciária sobre a remuneração recebida por empregados que já sejam aposentados e cria cadastro específico de vagas para aposentados no Sistema Nacional de Emprego (Sine). A ideia é incentivar a reintegração dos idosos no mercado de trabalho. “O Brasil tem atualmente 17 milhões de pessoas aposentadas que não estão inseridas no mercado de trabalho. Uma grande parcela desses cidadãos tem capacidade não só física como mental para estar trabalhando”, destacou o parlamentar.

Só poderão deixar de recolher o FGTS as empresas que, com a contratação de aposentados, tenham aumento do número total de empregados e de empregados aposentados, considerando o mês de janeiro do ano da publicação da lei. Por outro lado, na rescisão de contrato de trabalho com o empregado aposentado, a empresa fica dispensada de recolher o FGTS referente ao mês da rescisão e ao mês anterior e também do pagamento da indenização de 40% de todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato.

Em seu relatório, Jayme Campos explicou que o STF decidiu que, com a legislação atual, não é possível a “desaposentação”, com o recálculo da aposentadoria. O tribunal entendeu que apenas por meio de lei é possível fixar critérios para que os benefícios sejam recalculados com base em novas contribuições, decorrentes da permanência ou volta do trabalhador ao mercado após a concessão da aposentadoria.



Aprovado relatório de criação da Frente Parlamentar do Microcrédito

O Senado aprovou relatório de Jayme Campos à proposta de criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças. De autoria do senador Esperidião Amin, o PRS 23/2022 busca incentivar a economia de microempreendedores e microempresas por meio da disseminação de experiências e informações sobre a utilização de crédito em empreendimentos de micro e pequenos portes. “Indiscutível e lamentavelmente, nós precisamos de instrumentos e de ferramentas suficien-

tes para apoiar o micro e o pequeno empreendedor brasileiro, que é responsável por uma boa parcela da riqueza produzida mas que ainda enfrenta grandes dificuldades para se estabelecer com segurança”, afirmou Jayme.

A frente será integrada por senadores e deputados federais que assinarem a ata de sua instalação. Ela será regida por regulamento interno ou, na sua falta, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

“Precisamos de instrumentos e de ferramentas suficientes para apoiar o micro e o pequeno empreendedor brasileiro, que é responsável por uma boa parcela da riqueza produzida mas que ainda enfrenta grandes dificuldades para se estabelecer com segurança”

PRS 23/2022 relatoria

Institui a Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças.



Desastres Ambientais

Jayme Campos cobra de grandes empresas mais respeito no trato das vítimas de catástrofes

O senador Jayme Campos cobrou “mais respeito” das grandes empresas com as vítimas de desastres ambientais e de catástrofes ocorridas no Brasil. A crítica foi feita em reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) durante debate sobre o Projeto de Lei 746/2019, de autoria do senador Paulo Paim, que assegura às vítimas, diretas ou indiretas, a manutenção da qualidade de segurado da Previdência Social.

“Lamentavelmente algumas milhares de pessoas foram prejudicadas diante de tanta fome em ganhar dinheiro dessas grandes companhias”, disse Campos, ao se referir sobre as tragédias de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, que, entre outras, tiveram como protagonista a Companhia Vale do Rio Doce.

O senador voltou a defender que o Parlamento – e particularmente o Senado Federal –

continue atuando visando o interesse coletivo e pela proteção daqueles que são prejudicados pelo interesse econômico e comercial.

“Várias e várias famílias que eu tinha acompanhado até hoje não receberam aquilo que era de seu direito. Morreram trezentas e tantas famílias lá em Brumadinho e em outros lugares”, lamentou.

Jayme lembrou ainda que um diretor-presidente da Vale do Rio Doce, quando convidado para prestar esclarecimentos ao Senado sobre a tragédia de Brumadinho, “teve a indelicadeza e a falta de educação de quem não quis responder praticamente a nenhuma das perguntas dirigidas a ele”. A atitude, segundo Campos, pode ser considerada “falta de respeito não só na Comissão como no Congresso Nacional. Um verdadeiro escárnio”, enfatizou.





Juros Altos

Senador destaca endividamento do consumidor: 70 milhões de brasileiros com contas a pagar

Em pronunciamento, o senador Jayme Campos manifestou preocupação com o alto índice de endividamento das famílias brasileiras. Ele chamou a atenção para a necessidade de o poder público implementar medidas para atenuar o problema e culpou os juros altos o desemprego e a alta inflação por parte do problema.

“São mais de 70 milhões de brasileiros com dívidas, o equivalente à população da França. São famílias que não conseguem pagar por serviços que vão desde bancos, empresas de cartões de crédito, financeiras, até lojas e serviços de utilidade pública, como água e luz, que é o básico que tem que se pagar”, ilustrou.

De acordo com o senador, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, divulgada no início de maio pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Tu-

risimo (CNC), mostra que os indicadores brasileiros, que já eram ruins em 2021 devido à crise gerada pela pandemia, atingiram níveis históricos nos últimos meses. O estudo também aponta que de cada 100 famílias, 78 estão endividadas. Em um ano, aponta a pesquisa, 5,3 milhões de brasileiros tiveram os nomes negativados pelo Serasa. As dívidas acumuladas com instituições financeiras, cartões e contas em atraso chegam a aproximadamente R\$ 334 bilhões.

“Resolver a questão do endividamento das famílias brasileiras é fundamental para que a economia do país volte a crescer, entretanto, quem tem de fazer, de fato, essa política é o Poder Executivo. Por parte do Congresso, eu não tenho dúvida de que estaremos aqui para apoiar e fazer com que possamos reduzir o empobrecimento das famílias brasileiras”, afirmou.



Combate à Pobreza

Senado aprova projeto de Jayme para fortalecer bioeconomia e combater pobreza

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o Projeto de Lei 1162/23, do senador Jayme Campos, que prioriza a destinação de recursos de fundos ambientais climáticos para projetos e iniciativas da bioeconomia. Além de fomentar iniciativas nesse segmento, em que o Brasil tem grande potencial, o projeto atuará no combate à pobreza na Amazônia. “A ideia é utilizar esses recursos em projetos que promovam a substituição das atividades econômicas associadas ao desmatamento, à degradação ambiental e à concentração de renda por outras que promovam a conservação e regeneração ambiental, a geração e distribuição de renda local e a inclusão dos mais vulneráveis”, explicou Jayme.

Estudos mostram que o uso dos recursos para combater as alterações no clima também contribuirá para zerar o desmatamento ilegal e outras atividades ilícitas, como o garimpo clandestino. “A redução de 1% de pessoas em situ-

ação de extrema pobreza, ou 35 mil pessoas, tem o potencial de diminuir em 3,3% o desmatamento na Amazônia Legal, enquanto o aumento em 1% do índice de empregos formais (42 mil postos de trabalho) diminuiria em 8,4% o desmatamento na região”, exemplificou o senador.

Diversos setores da bioeconomia deverão ser beneficiados caso o projeto seja transformado em lei, como extrativismo vegetal, biotecnologia, agricultura de baixo carbono, ecoturismo, prevenção e controle de queimadas, restauração e conservação florestal. “Entendemos ser imenso o potencial desse e de outros fundos climáticos para incentivar uma economia baseada em processos biológicos e no aproveitamento de nosso patrimônio genético, sobretudo na Amazônia Legal e no bioma Pantanal”, frisou.

O PL 1162/23 será apreciado agora pela Comissão de Meio Ambiente, em caráter terminativo. Se aprovado, segue para a Câmara.

PL 1162/2023

Altera a Lei 12.187/2009, que Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), para priorizar a destinação de recursos de fundos ambientais climáticos para projetos e iniciativas da bioeconomia.

“A ideia é utilizar esses recursos em projetos que promovam a substituição das atividades econômicas associadas ao desmatamento, à degradação ambiental e à concentração de renda por outras que promovam a conservação e regeneração ambiental, a geração e distribuição de renda local e a inclusão dos mais vulneráveis”



Municipalismo

Destaque para marcha municipalista e defesa do Pacto Federativo justo

O senador Jayme Campos celebrou a realização da 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em pronunciamento. Para o parlamentar, a manifestação dos prefeitos é legítima e deve ser levada em consideração. “Precisamos trabalhar por um pacto federativo mais equilibrado e que priorize a solução dos principais desafios enfrentados pelos cidadãos”, destacou.

Jayme Campos considera que a distribuição de recursos gerados através da tributação é “injusta” por estar concentrada na “mão do governo federal” e não nos municípios. “Os problemas residem nas cidades, por isso é injusto termos um Fundo de Participação dos Municípios tão pequeno, enquanto, lamentavelmente, são recorrentes a transferência de mais incumbências para os municípios brasileiros”, ressaltou.

Ex-governador de Mato Grosso, Jayme assegurou apoio à causa municipalista e disse que vai seguir trabalhando no Congresso Nacional para “melhorar a performance” das transferências nacionais no sentido de agilizar a implementação de, entre outras políticas públicas, aquelas relacionadas a moradia, habitação, segurança pública e educação.

“Precisamos aumentar os repasses ao Fundo de Participação dos Municípios, retomar obras paradas nos estados e nos municípios, garantir que a União não poderá criar encargos para os demais entes federados sem a previsão orçamentária, garantir boa gestão da previdência social pelos entes locais e assegurar a participação dos entes municipais no debate nacional e na reforma tributária”, citou.





“É dever do Congresso Nacional aprimorar as garantias e os instrumentos de amparo à integridade física e emocional das mulheres”



Agressores de mulheres poderão ser monitorados eletronicamente



Jayme Campos apresentou o Projeto de Lei 930/2023 para permitir o compartilhamento da localização de agressores de mulheres submetidos a monitoramento eletrônico com os órgãos de segurança pública. Atualmente, a medida depende de autorização judicial mediante representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público.

Segundo Jayme, trata-se de medida importantíssima para as políticas de prevenção do crime e de atendimento integral à vítima. “A necessidade de o juiz ter de autorizar o compartilhamento da localização de agressores é prejudicial porque impede que os órgãos de segurança elaborem políticas de prevenção de violência e de imediato atendimento à vítima”, afirmou.

Ao apresentar a proposta, Jayme também defendeu a necessidade imediata de aperfeiçoar a legislação de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. “Esse desafio não será vencido em uma só batalha, a partir de uma medida legal, mas todos os dias, em todos os espaços, por isso é dever do Congresso Nacional cumprir o seu papel, aprimorar as garantias e os instrumentos de amparo a integridade física, psíquica e emocional das mulheres brasileiras”, disse o mato-grossense.

PL 930/2023

Altera a Lei Maria da Penha para estabelecer o compartilhamento da localização do agressor submetido a monitoramento eletrônico com os órgãos de segurança pública.



Aviação Civil

Jayme cobra ANAC solução para redução de preço da passagem aérea

A partir de fevereiro, a pedido do senador Jayme Campos, a Comissão de Infraestrutura do Senado deverá iniciar um amplo ciclo de debates visando definir medidas para redução dos preços das passagens aéreas cobrados por empresas que atuam no país. A ação acontece após inúmeros posicionamentos críticos contra os valores abusivos no meio de transporte.

Jayme Campos cobrou, por diversas vezes, uma atuação mais firme por parte da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e também reclamou de ausência de explicações para os aumentos por parte das empresas aéreas brasileiras. Ao mesmo tempo, o senador mato-grossense indicou sugestão a abertura do mercado para novas companhias.



“Com o avanço da concorrência, os preços irão, sem dúvida, cair. O que não podemos é aceitar outro retrocesso como o atual, já que os brasileiros, que há pouco tempo podiam viajar de avião, hoje só podem contar com ônibus para visitar seus familiares em outras cidades, às vezes muito distantes”, disse.

Aviação regional – Jayme Campos também pediu providências ao ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, quanto a investimentos nos aeroportos regionais de Mato Grosso. Em uma audiência pública conjunta das Comissões de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional do Senado, ele mostrou a importância

dos investimentos nos pequenos e médios aeroportos. Ele lembrou que no Brasil apenas 12% dos voos são de curta distância frente ao total de deslocamentos. Em outros países esse número chega a 30%.

Na mesma reunião, Jayme também levantou questão quanto à concessão dos aeroportos de Várzea Grande, Sinop, Rondonópolis e Alta Floresta, administrados pela Centro-Oeste Airports. Concessionado há três anos, ele afirmou que as obras previstas no contrato não foram executadas. Com a pandemia, a empresa pediu prorrogação, concedida pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Paresi

Jayme leva CPI das ONGs para conhecer produção agrícola em terras indígenas de MT

Uma das principais vozes no Congresso Nacional em defesa do Marco Temporal de Demarcação das Terras Indígenas, o senador Jayme Campos acompanhou o grupo de senadores que integraram a CPI das Organizações Não-governamentais (ONGs), em uma visita à Área Indígena Paresi, localizada na região do médio Norte de Mato Grosso.

A comitiva – composta também por parlamentares de Mato Grosso e autoridades do estado – conheceu o trabalho dos indígenas em uso da terra para produção de alimentos. Os Haliti-Paresi são responsáveis por uma experiência de sucesso na área do agronegócio sem a participação de ONGs, plantando mais de 20 mil hectares de soja e milho.

Duro crítico da atuação das ONGs, a quem atribui dificuldades para um debate realista e maduro sobre a causa indígena, o senador Jayme Campos ressaltou que o trabalho desenvolvido pelos índios dessa etnia representa um exemplo importante da necessidade de derrubada dos vetos do governo ao projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional sobre as terras indígenas.

O Brasil possui cerca de 120 milhões de hectares de terras reconhecidas como terras indígenas, o que corresponde a 14,1% do território nacional. “Isso significa dizer que as terras indígenas brasileiras correspondem às áreas somadas da França, Espanha, Suíça, Portugal e Áustria”, destacou o parlamentar.





Energia Cara

Jayme pede abertura de “caixa preta” da ANEEL e revisão nas regras tarifárias



Crítico à política de preços da energia elétrica no país, o senador Jayme Campos atacou a falta de transparência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) quanto aos critérios sobre o assunto e pediu a abertura da “caixa preta” da agência. Em reuniões da Comissão de Infraestrutura, ele cobrou mudanças na ANEEL e afirmou que o país tem sido prejudicado pelo que classificou como “política nefasta” da agência, sobretudo no tocante à formação de preços.

“É inadmissível o que está se praticando

no Brasil, o setor elétrico brasileiro, lamentavelmente, tem que ser revisto no seu conjunto da ópera, todo ele, pois é inexplicável como a política da ANEEL permite aumento de tarifa quase que de seis em seis meses sendo que há enxurrada de energia no país, está sobrando energia e, mesmo assim, todo ano sobe o preço da conta”, apontou.

Jayme também ponderou sobre o caso de Mato Grosso e pediu providências. “Em dez anos já passaram três concessionárias, elas en-

“Isso é uma exploração! Qualquer casinha lá em Mato Grosso não paga menos que R\$ 300 de energia. O cidadão trabalha dia e noite só para pagar energia e ainda não tem energia confiável”



chem o bolso e vão embora”, afirmou. Ele também chamou atenção ao fato de que, apesar de o estado ser exportador de energia, possui a tarifa mais alta do país. “Produzimos muito mais do que consumimos, entretanto falta energia em Mato Grosso e há várias regiões do estado carentes de energia que querem instalar indústrias, levar a industrialização à nossa produção, e não temos essa possibilidade”, disse.

Jayme Campos também defendeu ampla investigação sobre os negócios da agência. Ele

classificou como suspeita uma concorrência para implantação de uma linha de transmissão cujo valor inicial era de R\$ 50 milhões e na concorrência baixou para R\$ 25 milhões.

Ele também pediu convocações das autoridades do setor elétrico para dar explicações ao Senado. “Isso é uma exploração! Qualquer casinha lá em Mato Grosso não paga menos que R\$ 300 de energia. O cidadão trabalha dia e noite só para pagar energia e ainda não tem energia confiável”, lamentou.

Pesticidas

Senado aprova projeto que regula venda de defensivos agrícolas

O senador Jayme Campos celebrou a aprovação pelo Senado do projeto que flexibiliza as regras de comercialização de defensivos agrícolas. A matéria segue para sanção. “Foram 15 anos de tramitação dessa importante matéria, que vem atender e melhorar a questão da produção do agronegócio brasileiro”, explicou Jayme. O PL 1.459/2022 é o substitutivo da Câmara dos

Deputados ao PLS 526/1999, apresentado pelo então senador Blairo Maggi, ministro da Agricultura do governo Dilma Rousseff.

O texto aprovado trata de pesquisa, experimentação, produção, comercialização, importação e exportação, embalagens e destinação final e fiscalização desses produtos. Entre as principais medidas, está a concentração da libe-



ração de agrotóxicos no Ministério da Agricultura e Pecuária. No entanto, o texto mantém o poder da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de não aprovar um determinado produto.

O projeto fixa prazo para a obtenção de registros desses produtos no Brasil, com possibilidade de licenças temporárias quando não cumpridos os prazos pelos órgãos competentes. “Com regras muito mais rigorosas tecnicamente e com a redução do tempo para aprovação desses produtos, vamos ter um ganho gigantesco de produtividade e de competitividade perante o

mercado internacional”, afirmou Jayme.

Segundo o texto, para pesquisa, produção, exportação, importação, comercialização e uso o prazo máximo para inclusão e alteração de registro irá variar, conforme cada caso, de 30 dias a dois anos. Para produtos novos são exigidos 24 meses, mas, segundo a proposta aprovada, os destinados à pesquisa e experimentação poderão ser beneficiados com a emissão de um registro especial temporário, devendo a análise do pedido ser concluída em 30 dias pelo Ministério da Agricultura.





Bioma Pantanal

Jayme e Wellington juntos pelo aprovação do Estatuto do Pantanal

O senador Jayme Campos apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei 5482/2020, que cria o Estatuto do Pantanal para disciplinar a conservação e a exploração sustentável do bioma. O relatório foi entregue à Comissão de Meio Ambiente do Senado, que deve deliberar sobre a proposta, de autoria do senador Wellington

Fagundes. “A votação deste projeto é uma das pautas ambientais mais relevantes para o país e para Mato Grosso especialmente porque buscamos a conservação do Pantanal e, acima de tudo, garantir que as futuras gerações tenham contato com este bioma tão importante e rico”, explicou Jayme Campos.





O projeto estabelece a definição do bioma Pantanal, sua abrangência e diretrizes, abrangendo a aplicação da legislação ambiental existente, ações voltadas para garantir sua sustentabilidade socioambiental e a proteção dos cursos hídricos e nascentes.

A proposta também trata de políticas públicas integradas, do incentivo a atividades de conservação do ecossistema e de instrumentos de planejamento territorial, como o zoneamento ecológico-econômico.

Outra preocupação do projeto é quanto aos planos de manejo integrado do fogo para garantir seu uso de forma responsável e evitar a formação e propagação de incêndios florestais. Pela proposta, poderão compor o plano de manejo integrado do fogo a queima prescrita, a queima controlada e o uso tradicional e adaptativo do fogo. Pelo texto, os planos de manejo do fogo serão submetidos ao órgão ambiental competente para aprovação. Aprovado na CMA, a matéria segue para a Câmara dos Deputados.





Mineração

Jayme Campos cobra Receita Federal agilidade para exportação de ouro de Mato Grosso

Ao lado do governador em exercício Otaviano Pivetta, o senador Jayme Campos cobrou da direção da Receita Federal maior agilidade na liberação dos lotes de ouro para exportação. A demora nos procedimentos impacta o setor e as cidades que têm base econômica na extração mineral. “Estamos vendo a grande dificuldade que o setor enfrenta e isso vai além do âmbito das empresas, mas também impacta o emprego e a geração de renda das famílias mato-grossenses”, afirmou.

Jayme Campos indagou a coordenadora-geral de Administração Aduaneira (Coana) da Receita Federal, Mirela Batista, os reais motivos específicos que estariam levando o órgão a atrasar tais procedimentos e ainda as providências que estão sendo tomadas para sanar a questão. “É inadmissível essa situação. É uma quadra muito ruim e que não pode acontecer, especialmente num setor tão sensível, porque estamos penalizando diretamente quem trabalha, pais de

família, que, inclusive, estão tendo que deixar de trabalhar por causa dessa demora”, frisou.

Diante dos procedimentos da Receita, as mineradoras estão enfrentando dificuldades em comercializar sua produção devido à suspensão da compra de ouro pelas empresas cadastradas no Banco Central. Com isso, elas não conseguem exportar os lotes acumulados no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos.

Essa situação vem ocorrendo aproximadamente desde o mês de março. Há registro de produtos minerais retidos por até 40 dias. Com isso, trabalhadores estão sendo demitidos porque os empresários não conseguem vender o mineral. A situação é ainda mais crítica para os pequenos mineradores.

Com os relatos, a coordenadora da Receita admitiu que a demora na liberação dos lotes de ouro para exportação está, de fato, incompatível com os procedimentos do órgão e prometeu dar solução ao caso.



Combate às Drogas

ALMT debate projeto de Jayme Campos que tipifica narcocídio

O senador Jayme Campos participou da audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso para debater o Projeto de Lei 3786/2021, de sua autoria, que tipifica o homicídio relacionado ao tráfico de drogas, o chamado “narcocídio”. O encontro reuniu representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Mato Grosso, de outros estados,

além de especialistas em combate ao tráfico colombiano.

“Nossa proposta visa aprimorar o combate ao tráfico e ao consumo de drogas, além de reduzir o número de homicídios a partir do endurecimento da pena do homicídio quando for relacionado à produção, distribuição e venda de drogas”, explicou o senador. Pela proposta, a



pena prevista é de 20 a 30 anos de prisão, com multa a ser estipulada pelo juiz.

A proposta de Jayme Campos também prevê mais um requisito para a configuração do chamado tráfico privilegiado. “A diminuição de pena no tráfico será restringida a pequena quantidade da droga, mas desde que o réu seja primário e tenha bons antecedentes”, disse. O senador mato-grossense também destacou o apoio de especialistas e operadores do direito para formatar o texto final do projeto.

Autor do requerimento da audiência pública, o primeiro-secretário da ALMT, deputado Max Russi, elogiou a proposta. “Nosso intuito é

contribuir com a discussão, até porque esse é um problema que atinge todo o país e não é diferente em nosso estado, infelizmente. É uma discussão polêmica, mas muito importante e o senador Jayme merece nossos aplausos por ter a coragem de propor melhorias à legislação vigente e preencher esta lacuna em nosso ordenamento jurídico”, enfatizou o deputado.

Relator do PL na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o senador Vanderlan Cardoso (PDT/GO) destacou a importância da audiência. “Ouvimos aqui diversas ideias e experiências que poderão ser acopladas também ao projeto”, citou.



Decoro Parlamentar

Jayme Campos é reeleito presidente do Conselho de Ética do Senado

Jayme Campos foi reeleito por aclamação presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado para mandato de dois anos. Ele disse que continuará o trabalho com imparcialidade, independência e com respeito ao contraditório e ao amplo direito de defesa dos senadores. O Conselho de Ética tem como atribuição observar as prescrições da Constituição Federal, do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

“Desta presidência não haverá atos de revanchismo ou decisões açodadas. Sou um

legalista e vou seguir rigorosamente o devido processo legal”, disse o senador. Entre as qualidades de Jayme para ocupar o cargo, os senadores que fazem parte do Conselho destacaram a história de vida, a conduta ilibada e a experiência política do senador.

“No exercício da política, sou daqueles que acredita no poder da palavra, no diálogo e na busca do entendimento possível, por isso vou buscar zelar pela observância dos preceitos éticos e garantir a dignidade do mandato parlamentar”, defendeu.





Premiação

Jayme Campos integra a lista “Cabeças do Congresso”

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) incluiu o senador Jayme Campos na sua lista anual “Cabeças do Congresso”, que avalia a atuação de deputados federais e senadores e destaca os mais influentes entre os congressistas. Jayme figura entre os 150 de maior importância para os trabalhos legislativos em 2023.

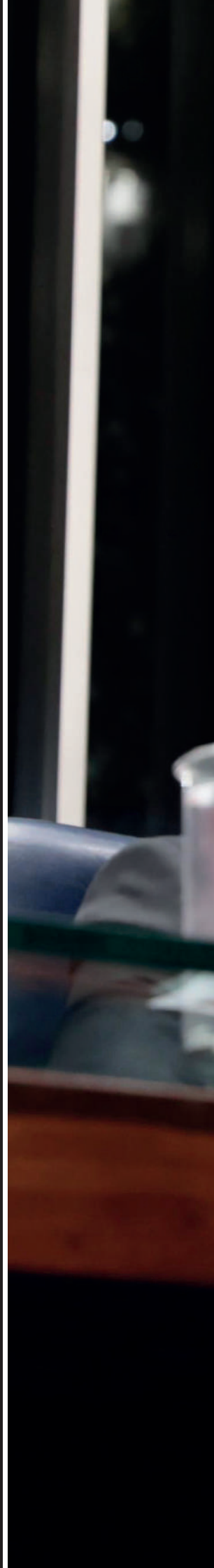
“Depois de ter sido prefeito por três mandatos, governador de Mato Grosso e agora exercendo segundo mandato de senador da República, para mim é uma satisfação imensa ver o trabalho que estamos fazendo ser reconhecido, especialmente por uma organização de grande respeitabilidade nacional como é o DIAP. Isso nos motiva a seguir em frente e mostra que estamos no caminho certo”, comemorou Jayme.

O senador também foi incluído na categoria dos 50 parlamentares em ascensão, composta por aqueles que têm se destacado no cumprimento de suas missões partidárias, políticas e institucionais, demonstrando habilidade em

desempenhar essas tarefas com sucesso. Segundo o DIAP, Jayme Campos está entre os senadores que têm buscado abrir canais de interlocução, criando espaços e se credenciando para lideranças, tanto formais quanto informais, dentro do Parlamento.

A pesquisa “Cabeças do Congresso Nacional” é um trabalho contínuo do DIAP que existe desde 1994 para fornecer uma análise detalhada dos principais atores políticos da agenda legislativa do Poder Legislativo. Atualmente, o DIAP é composto por cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores, incluindo centrais, confederações, federações, sindicatos e associações, distribuídas por todo o país.

Em votação popular, Jayme também conquistou, pela segunda vez consecutiva, o prêmio Top Empresarial como o senador mais atuante de Mato Grosso. Em sua 12ª edição, o prêmio escolheu empresas e políticos que mais se destacaram e contribuíram para o desenvolvimento da Região Metropolitana de Cuiabá.





Registro Fotográfico



Com relator da Reforma Tributária, Eduardo Braga



Novena de Nossa Senhora da Guia



Em Cuiabá, com o governador do estado Mauro Mendes e o presidente da ALMT, Eduardo Botelho



Com o senador Jaques Wagner, líder do governo no Senado Federal



Com o vice-presidente Geraldo Alckmin



Nas comissões, com a senadora Tareza Cristina



Com o deputado estadual Júlio Campos



Com o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas



Com os empresários Dudu Campos e Garbão Soares e o prefeito de Várzea Grande, Kalil Baracat



Com o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias



Com o senador Rogério Marinho, líder da Oposição



Audiência com o ministro Waldez Góes

Registro Fotográfico



Com o indicado à PGR, Paulo Gonet



Recebendo o Título de Cidadão Colnizense



Ao lado do vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo, acompanhando a sessão plenária



Ao lado de Lucimar Campos participando da Festa de Nossa Senhora da Guia



Conversando na Mesa Diretora do Senado Federal



Com o deputado estadual Júlio Campos



Reunião com a ministra Marina Silva



Ao lado dos amigos de Várzea Grande



Reunião da bancada de senadores do União Brasil no Senado Federal



Na Mesa Diretora do Senado, durante a posse do senador Mauro Carvalho



Com o amigo senador Wellington Fagundes



Solenidade na ALMT com o deputado Júlio Campos

Registro Fotográfico



Com a ministra da Saúde, Nísia Trindade



Participando da Procissão de Nossa Senhora da Guia



Encontro da Bancada de Senadores e Deputados de Mato Grosso



Entrevista na Assembleia Legislativa de Mato Grosso



Com o reitor da UFMT, professor Evandro Soares



Com o senador Paulo Paim



Na fazenda, com a esposa Lucimar Campos



Com o ministro das Comunicações, Jucelino Filho



No Plenário, com o presidente ALMT, deputado Botelho, o prefeito Kalil Baracat e o deputado Coronel Assis



Senador Jayme Campos ladeado pela esposa Lucimar Campos e pelo irmão deputado Júlio Campos



Inauguração do Hotel Amazon Aeroporto



Com o Cacique Roni Paresi

Registro Fotográfico



Com o então indicado ao STF, Cristiano Zanin



Conversa com o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre



No Ministério dos Esportes, em audiência com a ministra Ana Moser



Com a ex-prefeita de Várzea Grande, Lucimar Campos, e os deputados Júlio Campos e Coronel Assis



Senador e a esposa são cumprimentados pelo povo



Com o líder do União Brasil, senador Efraim Filho



Na sede da FPA, com o deputado Dilceu Sperafico



Discursando no Plenário da ALMT



Na Mesa Diretora, com o presidente Rodrigo Pacheco e o senador Weverton



Solenidade de entrega de maquinários para diversas prefeituras de Mato Grosso



Concedendo entrevista à imprensa mato-grossense



Festando com Lucimar Campos no Instituto Jaiminho

Números

A experiência de dois mandatos como senador da República, de governador do estado, e de três vezes prefeito de Várzea Grande, segunda maior cidade de Mato Grosso, tem feito do senador Jayme Campos um dos políticos de maior respeitabilidade em Brasília. Seja nas articulações do Congresso Nacional, com intervenções precisas nos temas em debate, ou junto ao governo federal, particularmente, nos ministérios com ações que resultam em benefícios diretos para Mato Grosso. O grau de influência e atuação de Jayme Campos pode ser medido em números. Confira:

700 milhões em recursos enviados para MT

44 Projetos de Lei

217 pronunciamentos

83 emendas legislativas

52 relatorias